



**ACÓRDÃO Nº887/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11214/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Jurgiley da Silva Maximiano (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Jonathas Almeida Ribeiro – OAB/AM 12.144.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2657/2021-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, referente ao exercício financeiro de 2019**, de responsabilidade do gestor, ordenador de despesa, Senhor **Jurgiley da Silva Maximiano**, conforme o art. 22, inciso III, alínea *b* c/c art. 25, da Lei nº 2.423-LO/TCE, considerado as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Jurgiley da Silva Maximiano no valor de R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, diante do ato de gestão ilegítimo ou antieconômico que cause injustificado dano ao erário, com fulcro no art.54, V, da Lei Estadual nº.2.423/1996 c/c art. 308, V, da Resolução nº.04/2002-TCE/AM, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do



**ACÓRDÃO Nº887/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Jurgiley da Silva Maximiano no valor de R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, diante dos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art.54, VI, da Lei Estadual nº.2.423/1996 c/c art. 308, VI, da Resolução nº.04/2002-TCE/AM, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Considerar em Alcance o Sr. Jurgiley da Silva Maximiano no valor de R\$ 207.200,00** (duzentos e sete mil e duzentos reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, em razão da ausência de apresentação dos relatórios de viagens e dos comprovantes de deslocamentos dos beneficiários na



**ACÓRDÃO Nº887/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

concessão de Diárias no exercício de 2019, relativo as despesas com Diárias (item nº. 07 da Not. nº.003/2020- DICAMI/CI), com fulcro no art. 304, I, da Resolução nº 04/2002-RITCE (item 22.5 deste relatório/voto), na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro,

**10.5. Recomendar à Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro**, que adote as providencias cabíveis para aprimorar e garantir o cumprimento da legislação a que está subordinada, em especial o art.29-A, I, da Constituição Federal e a Lei de Licitações;

**10.6. Dar ciência ao Sr. Jurgilely da Silva Maximiano e demais interessados**, com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão para ciência do decisório, para querendo, apresentar o devido recurso.

**11- Ata:** 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 19 de Agosto de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora-Geral, em substituição